

# CULTURA DE PÓS-GUERRA: O ASPECTO NUCLEAR E SUA NEGAÇÃO

## CULTURE OF POST-WAR: THE ASPECT NUCLEAR AND HIS DENIAL

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS<sup>1</sup>

Recebido em: 30/05/2010.

Aprovado em: 23/08/2010.

### RESUMO

Este artigo aborda a “cultura de pós-guerra”, conceito cunhado para dar conta de aspectos em certa medida esquecidos pela História. Analisar o período da Guerra Fria através do conceito de “cultura de pós-guerra” permite proporcionar uma melhor dimensão da sensibilidade social do período. Partindo das controvérsias a respeito da Guerra Fria, pretendemos evidenciar de que maneiras o conceito de “cultura de pós-guerra” se torna útil para os estudos do período, articulando o aspecto nuclear da Guerra Fria com sua negação e tendo como ponto importante o ano de 1968. Além disso, procuramos destacar o medo do fim da espécie humana como elemento indispensável para a articulação do conceito, através do uso da noção de exterminismo de E. P. Thompson. Por fim, procuramos demonstrar como a História da Cultura opera de forma pertinente para uma melhor compreensão do fenômeno da Guerra Fria.

**Palavras-chave:** Cultura de pós-guerra; 1968; Armas nucleares.

### ABSTRACT

*This article discusses the “culture of post-war”, a concept coined to account for things to some extent forgotten by history. Analyzing the period of the Cold War through the concept of “culture of post-war” will provide a better social dimension of the sensitivity of the period. Using the controversy about the Cold War, we want to highlight the ways that the concept of a “culture of post-war” becomes useful for studies of the period, articulating the nuclear aspect of the Cold War with its denial and taking important point as the year 1968. In addition, we seek out the fear of the end of the human species as an indispensable element in the articulation of the concept, through the use of the concept of destroyed of E. P. Thompson. Finally, we look demonstrate how the History of Culture operates in a manner appropriate to a better understanding of the phenomenon of the Cold War.*

**Keywords:** Culture of post-war; 1968; Nuclear weapons.

### 1. Introdução

A segunda metade do século XX proporcionou inovações até então desconhecidas para amplos setores da Humanidade, seja por seu ineditismo, seja pelo alcance social dessas descobertas. Nos seus mais distintos graus, essas inovações estão relacionadas com a Guerra Fria que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial. Este pequeno ensaio de caráter histórico pretende abordar esse *novo mundo*, criado das ruínas do *velho mundo*: o de um mundo bipolar que substituiu um mundo de múltiplos polos de poder político, cultural, econômico e social.

Dentre as inovações desse período, nosso objetivo é perceber de que forma se organizou a cultura. Há, ainda, uma carência nos estudos dos historiadores a respeito da História da Cultura da Guerra Fria. A despeito do belo livro de Frances Stonor Saunders, no qual a autora traça um panorama sobre a História da Cultura da Guerra Fria a partir, principalmente, de documentos originários da *Central Intelligence Agency* (CIA) e de entrevistas com protagonistas e demais pessoas envolvidas nas atividades da Agência, poucos são os trabalhos que abordam essa temática (SAUNDERS, 2008).

Para nos ajudar a trilhar esse caminho, optamos por enfatizar a questão do imagi-

<sup>1</sup> Professor de História no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) – Campus Charqueadas. Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da prof. Dra. Carla Brandalise.

nário como chave para abrir esse campo de estudos. Mediante a leitura da sensibilidade social, tentaremos nos aproximar dos sentimentos daqueles homens e mulheres que vivenciaram os anos de 1945 a 1989. Por meio do imaginário e da sensibilidade é possível entender melhor o sentimento das pessoas, suas apreensões e esperanças, partindo do individual para o coletivo, pois a sensibilidade

[...] começa no indivíduo que, pela reação do sentir, expõe o seu íntimo. Nesta medida, a leitura das sensibilidades é uma espécie de leitura da alma. Mas, mesmo sendo um processo individual, brotado como uma experiência única, a sensibilidade não é, a rigor, intransferível. **Ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica** (PESAVENTO, 2007, p. 14 – grifos nossos).

A partir da perspectiva de uma sensibilidade compartilhada socialmente é possível ao historiador se aproximar um pouco mais da História da Cultura. Através dessa forma de olhar a História, articulada com os olhares econômicos e políticos, é possível construir um conhecimento histórico mais completo, mais totalizante. A articulação desses elementos, tendo como fio condutor a questão nuclear e sua negação, é o que tentaremos fazer ao longo deste ensaio histórico.

## 2 As controvérsias acerca da Guerra Fria

Muitas são as controvérsias a respeito da Guerra Fria, desde a sua periodização até mesmo sobre os elementos que melhor a representariam. Para alguns autores, como Déa Fenelon (1983), a Guerra Fria tem início, em 1945, com a Conferência de Yalta, e se encerra em 1963, com o Tratado de Proibição Limitada de Testes, o primeiro acordo entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), visando a algum tipo de controle sobre as armas nucleares. Outros auto-

res, como José Arbex Jr. (1997), por exemplo, veem a Guerra Fria em um espectro de tempo mais amplo. Para esse autor, a Guerra Fria tem início também na Conferência de Yalta, mas se estende até os dias de hoje (seu livro é de 1997), pois a influência se faz sentir em diversos aspectos da vida social: como o uso da tecnologia, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, as experiências nucleares da França no atol de Mururoa em 1995 (na mesma linha de interpretação de Arbex Jr., poderíamos dizer que ainda estamos na Guerra Fria, em 2008, em função dos testes nucleares do Irã e Coreia do Norte). Já para Ronald Powaski (2000), a Guerra Fria tem uma perspectiva ampliada: teria início em 1917, com a Revolução Russa, e se encerraria em 1991, com o fim da URSS.

Além dessas periodizações, aparecem algumas divisões, em alguns momentos, entre a “Primeira Guerra Fria” – aproximadamente de 1947 a 1953 – e a “Segunda Guerra Fria” – de fins dos anos 1970 até a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética – presentes em trabalhos como o de Fred Halliday (2007) e Eric Hobsbawm (1995).

No nosso entendimento, a Guerra Fria foi uma disputa contínua entre dois sistemas alternativos de vida. Portanto, em nossa perspectiva, concordamos com a análise de fundo realizada por Fred Halliday: “A Guerra Fria não terminou por causa do equilíbrio do poder, ou de uma exaustão mútua, mas pela prevalência de um bloco sobre o outro, por causa de uma vitória sistêmica” (HALLIDAY, 2007, p. 206). Dessa maneira, acreditamos que a Guerra Fria tenha iniciado em março de 1947, com o discurso do presidente estadunidense Harry Truman, no qual ele afirmava que seu país não aceitaria a expansão do modo de vida soviético.<sup>2</sup> Apesar disso, não refutamos

<sup>2</sup> Nesse ano, o presidente dos EUA se dirigiu ao Congresso e pediu novas dotações orçamentárias para sua política externa, para sua estratégia de contenção à URSS: esse pedido ficou conhecido como Doutrina Truman. O eixo dessa doutrina é que estavam em jogo dois sistemas alternativos de vida, sendo que: “Um sistema de vida é baseado na vontade da maioria e é

totalmente recuar o início da Guerra Fria para a Conferência de Potsdam, nos arredores de Berlim, quando Truman informou a Stalin ser detentor da Bomba Atômica. Já os marcos finais da Guerra Fria, para nós, não podem ser dissociados do fim da União Soviética, em 1991, embora da mesma maneira também reconhecemos como forte elemento simbólico – e prenúncio de seu esgotamento – a queda do Muro de Berlim em 1989.<sup>3</sup>

### 3 A cultura de pós-guerra

Essa nova organização política do mundo propiciada pela Guerra Fria ensejou uma mudança também ao nível da cultura. Essa mudança, que pode ser entendida como “cultura de pós-guerra”, articula-se a partir da decepção com os Estados Unidos na Guerra da Coreia por parcelas do próprio povo estadunidense e pelos demais povos do planeta. De acordo com John Lewis Gaddis (2006, p.48), “o único resultado decisivo da guerra [da Coreia] foi o precedente que criou: o de que poderia haver um conflito sangrento e prolongado entre nações que possuíam armas nucleares – e que elas poderiam preferir não usá-las”.

A partir da percepção que o engajamento dos EUA nessa guerra é vazio de sentido humanitário e humanístico, esse país perde aos olhos de grandes contingentes da população mundial o papel de **herói**. Não é mais visto como o defensor do mun-

do frente às forças do totalitarismo. Seu Exército passa a ser visto como instrumento de dominação. **Suas armas nucleares como elemento capaz de destruir a própria espécie humana**. Assim, a Guerra da Coreia configura uma das grandes vertentes da oposição aos EUA que – somada com a luta em favor dos direitos civis dos negros estadunidenses; pelos pedidos de paz e fim da Guerra do Vietnã; pelos acontecimentos mundiais do ano de 1968; e pela negação do nuclear – correspondem a “cultura de pós-guerra” (MARTINI, 2008, p. 185-210).

### 4 As armas nucleares

Talvez o fator mais emblemático dessa “cultura de pós-guerra” seja a questão das armas nucleares. O medo de uma hecatombe nuclear perpassa todo o período da Guerra Fria. Os horrores reais e imaginários produzidos pela explosão nuclear em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, acompanharam o inconsciente tanto da geração que (sobre)viveu a II Guerra, como das gerações imediatamente posteriores. De acordo com Eric Hobsbawm (1995, p. 224, grifos nossos) “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, **acreditava-se firmemente**, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”. Investigar de que forma **acreditava-se firmemente** nessa possibilidade, perceber de que formas esse imaginário de terror se consubstanciava na vida cotidiana, é uma tarefa que não pode fugir ao historiador. Para tanto, justamente, é que o emprego do estudo das sensibilidades se faz importante, dado que “as sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos” (PESAVENTO, 2007, p. 15). Esse trabalho de entendimento das realidades passadas – tão característico quanto típico do historiador – aborda uma carga de subjetividade, de imaginação. No entanto, “mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos, devem ser expressos e materializados em alguma forma de regis-

caracterizado por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias da liberdade individual, liberdade de palavra e de religião e ausência da opressão política. O segundo sistema de vida baseia-se na vontade de uma minoria imposta à força sobre a maioria. Apoia-se no terror e na opressão, numa imprensa e numa rádio controladas, em eleições marcadas e na supressão das liberdades individuais. Acredito que deva ser a política dos Estados Unidos apoiar povos livres que estão resistindo às tentativas de dominação de minorias armadas ou as pressões externas” (Harry Truman apud TARR, 1966, p. 26).

<sup>3</sup> Nesse ano de 2009, em alusão aos 20 anos da Queda do Muro de Berlim, muito se comentou sobre a temática. Chamamos a atenção, no entanto, para o instigante trabalho de Rafael Hansen Quinsani e Sandro Gonzaga (2009) no qual relacionam a História da Alemanha no pós-guerra com sua produção cinematográfica. Nesse texto, os autores têm como concepção a ideia da Alemanha dividida como “uma situação que configurava dois Estados dentro de uma mesma nação” (p. 170), na qual “a conquista alemã da Copa do Mundo, em 1990, foi o cimento nacionalista da reunificação política que, ao fim e ao cabo, acabou sendo a absorção da RDA pela RFA” (p.175).

tro passível de ser resgatado pelo historiador” (PESAVENTO, 2007, p. 19). No caso deste artigo, esses vestígios estarão expressos, em diferentes situações, no desenvolvimento da corrida armamentista e nos movimentos que a contestaram. Procurar esses registros, esses vestígios do passado é o trabalho do historiador. Caso contrário, não se faz História.

A corrida armamentista teve início, em 1945, com a detonação das Bombas Atômicas em Hiroshima e Nagasaki. A URSS detonava a sua primeira Bomba Atômica em 1949. Em 1952, a Inglaterra também passava a contar com a Bomba Atômica. A tecnologia avançara e, nesse mesmo ano de 1952, a primeira bomba de Hidrogênio era testada pelos EUA. E a distância no tempo competitivo das inovações tecnológicas diminuía, pois, em 1953, a URSS fazia o mesmo teste. A velocidade era tanta, e o descontrole também, que, em 1954, os estadunidenses perderam o controle sobre um teste no Pacífico com a bomba de Hidrogênio, que contou com uma potência 750 vezes superior à da Bomba Atômica de 1945. O horror nuclear era uma realidade. Em 1957, a URSS contava com o primeiro míssil balístico intercontinental. Além disso, no mesmo ano, lançara o *Sputnik*, o primeiro satélite artificial a entrar em órbita; poucas semanas depois, era a vez da cadelinha *Laika* também entrar em órbita, com o *Sputnik 2*. Os soviéticos tomavam a dianteira na corrida espacial. Porém, os EUA não ficaram inertes. No fim da década de 1950, os estadunidenses detinham bases de mísseis na Inglaterra, na Itália e na Turquia. Além disso, no ano de 1960, também a França passava a contar com o armamento nuclear. Cada vez mais essa tecnologia mortal se difundia; seus reflexos eram os de uma tragédia anunciada. No imaginário social da época, algo ao estilo de **“se eles podem levar o homem ao espaço, podem levar bombas também”** reforçava a sensibilidade de um mundo em constante perigo, sensibilidade essa compartilhada por largos estratos da população dos dois polos

hegemônicos bem como de suas respectivas zonas de influências.

Em 1961, os soviéticos iam ainda mais longe: entrou em órbita o primeiro homem, o cosmonauta Yuri Gagarin.<sup>4</sup> E foi desse início da década de 1960 que o planeta contou com um evento que, por pouco, não trouxe a Guerra Nuclear: a Crise dos Mísseis em Cuba, em outubro de 1962. Por duas semanas o mundo esteve à espera do início de uma guerra iminente. O pânico era geral, o fim da espécie humana parecia estar próximo. As negociações entre John Kennedy e Nikita Krushev se mostravam tensas. Por fim, entraram em um acordo: a URSS aceitava retirar seus mísseis da ilha caribenha, desde que os EUA se comprometessem a não mais tentar invadir Cuba e, conforme John Gaddis (2006, p. 75), “Kennedy secretamente também prometeu retirar os mísseis americanos de alcance intermediário da Turquia, o que Krushev queria que fosse anunciado ostensivamente como parte do acordo”.

A partir do episódio da Crise dos Mísseis ganhou maior força o movimento antinuclear. A ideia de uma destruição do planeta se constituiu como poderoso elemento de mobilização popular. O primeiro acordo internacional sobre o controle das armas nucleares é de julho de 1963: o Tratado de Proibição Limitada de Testes.<sup>5</sup> Por esse acordo, ficavam proibidas as experiências nucleares na atmosfera, sendo permitidas apenas de forma subterrânea. É interes-

<sup>4</sup> Nesse mesmo ano, foi construído o Muro de Berlim, por iniciativa dos comunistas, mas com respaldo dos capitalistas (JUDT, 2008, p. 262-263). Para ter um melhor entendimento de como a construção do Muro de Berlim foi percebida pela sensibilidade social no Rio Grande do Sul, quando de seu segundo aniversário, utilizamos um excerto de notícia veiculada no mais tradicional jornal do Estado, na época, o *Correio do Povo*: “**Cerimônia comemorativa junto ao Muro da Vergonha em Berlim pelas vítimas do terrorismo comunista**: Faz hoje um ano que o jovem Peter Fechter, trabalhador de 18 anos, tombou a poucos passos do local, vítima das balas dos guardas de Berlim Oriental. [...] O rapaz havia parado diante da muralha e segundos antes do salto para a liberdade foi varado pelos projéteis das metralhadoras dos guardas comunistas, caindo ao solo banhado em sangue e agonizante. Foi levado para o hospital apenas para exalar o último suspiro...”. (*Correio do Povo*, 18 de agosto de 1963, capa, apud DOMINGOS, 2004, p. 207).

<sup>5</sup> Para Tony Judt (2008, p. 264-265), o Tratado não passava de uma forma das superpotências (EUA e URSS) manterem a hegemonia nuclear, não permitindo que a Alemanha Ocidental e a China Popular tivessem acesso à tecnologia atômica.

sante apontar que o Brasil também assinou esse acordo:

Em 9 de agosto de 1963, juntamente com México, Honduras, Chile e Bolívia, o Brasil assinava o Pacto de Paz Atômica proposto pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Nesse momento, já eram 34 os países signatários desse Pacto. Jango emitiu um pronunciamento, noticiado no *Correio do Povo* em 10 de agosto: '[...] os povos de todo o mundo sabem que está ao seu alcance atingir níveis de bem-estar que se limitam hoje ao terço industrializado e desenvolvido do planeta. Hoje, mais do que nunca, a luta pela paz e pelo desarmamento se confunde com a luta pelo desenvolvimento econômico e social' (DOMINGOS, 2004, p. 211-212).

Além disso, o novo Ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro, em seu discurso de Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 19 de setembro de 1963 – conhecido como *Discurso dos Três D's* – pedia a necessidade emergente de **desenvolvimento** para os países subdesenvolvidos, a **descolonização** da África e da Ásia e o **desarmamento no mundo** (DOMINGOS, 2004, p. 214). Todos os pedidos – ou seriam exigências? – estavam em plena harmonia com as bases da “cultura de pós-guerra”.

No ano seguinte, 1964, a atriz Jane Fonda aparecia juntamente com uma multidão que protestava contra o funcionamento do reator nuclear Enrico Fermi (MARTINI, 2008, p. 190). A mesma atriz, poucos anos depois, em 1968, estrearia o filme *Barbarella*, um misto de ficção científica e comédia, no qual havia uma forte crítica à Guerra Fria e à questão nuclear (GUAZZELLI; DOMINGOS, 2008). Mas as reações populares e os tratados governamentais não conseguiram frear totalmente a corrida armamentista. Muitos países que ainda não possuíam as armas nucleares não assinaram o Tratado de 1963: é de 15 de outubro de 1964 a detonação da primeira bomba atômica chinesa.

## 5 1968: a recusa do mundo

Em 1968, o mundo viveria uma explosão, que se não foi atômica, abalou intensamente a vida nas duas formações econômico-sociais do período: 1968 é um emblemático ano para os historiadores. Nesse ano houve uma série de acontecimentos que, separados ou em conjunto, foram capazes de subverter a ordem constituída. No centro do mundo capitalista os estadunidenses, em especial os jovens, contestavam a Guerra do Vietnã. **Paz e Amor** eram a insígnia daqueles tempos, do mesmo modo que **Faça amor, não faça a guerra**. Perto do coração do socialismo, a *Primavera de Praga* pedia um socialismo com mais liberdade, um **socialismo com face humana**.

Na França, os estudantes se rebelaram contra o sistema educacional em um nível mais superficial; mais profundamente, negavam todas as autoridades constituídas ao exclamarem **sejam realistas, exijam o impossível**. No Brasil, houve a Passeata dos 100 mil, em que a população foi às ruas na cidade do Rio de Janeiro contestar a ditadura civil-militar instaurada no ano de 1964 (REIS FILHO, 1999, p. 70). Acontecimentos como esses dos EUA, da Tchecoslováquia, da França e do Brasil ocorreram no mundo todo nesse ano. Elemento comum a todos eles “foi também a recusa deste mundo, a tentativa voluntariosa de implodi-lo e construir uma nova sociedade e uma nova humanidade – democrática, socialista, coletiva e desalienada” (RIBEIRO, 1998, p. 20).

Essa recusa se dava também às armas nucleares:

O resultado foi o descontentamento com o mundo como era, **quer isso significasse a corrida de armas nucleares**, injustiça econômica e social, guerra no Vietnã, repressão no leste europeu, ou até mesmo a convicção de que as universidades tinham se transformado em instrumentos de uma velha ordem que devia ser derrubada. Era algo jamais visto: uma revolução que transcendia naciona-

lidades, dirigida contra os sistemas, os *establishments*, não importando sua ideologia (GADDIS, 2006, p. 141).

Desde o início da década, desenvolviam-se, em todas as regiões, movimentos e práticas que iriam ser generalizadas e comuns à explosão de 1968. Lutava-se contra as ditaduras, **contra as ameaças nucleares da Guerra Fria**. Um dos primeiros movimentos foi o dos universitários japoneses contra o acordo de defesa que instalava armas nucleares no arquipélago [...] (RIBEIRO, 1998, p. 23).

O ano de 1968 produziu um “abalo sísmico” na feliz expressão de Robert Ponge (1998, p. 8). Ao contestar todas as formas de autoridade, 1968 também contestou a questão nuclear: surgiu nesse ano o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que determinava que os países possuidores de armas atômicas não ajudassem outras nações a conseguí-las. Dessa forma, era contestada também a Guerra Fria, ao dificultar que as duas superpotências auxiliassem países de suas zonas de influência na obtenção de armamento nuclear.

Se o ano de 1968 foi derrotado por um lado; por outro, foi vencedor. Se a revolução de 1968 não conseguiu se realizar, seus frutos rapidamente se espalharam. Suas diferentes formas de expressão de contestação estavam expressas nas insígnias **Paz e Amor e Faça Amor não Faça a Guerra**. Embora estivessem originalmente envolvidas na contestação à Guerra do Vietnã, eram perfeitamente aplicáveis à contestação da questão nuclear, aglutinando tanto grupos específicos – como os *hippies* ou membros da contracultura – quanto setores pertencentes ao *establishment*. Representativamente, esses setores quase antagônicos tinham na não-violência um de seus aspectos centrais e que lhes dava unidade.

## 6 O exterminismo

Ainda nessa conjuntura, no ano de 1972, foi assinado o Acordo Provisório de Limitação de Armas, o *SALT-I*.<sup>6</sup> Esse acordo restringia o número permitido de mísseis balísticos, determinando a quantidade que cada superpotência poderia ter. A forma de fiscalização seria por meio de satélites de reconhecimento. Embora os “grandes” estivessem sob razoável controle, a ameaça nuclear perdurava, pois, em 1974, a Índia produzia sua primeira Bomba Atômica, gerando novas inseguranças quanto ao futuro da humanidade, mesmo que com menor intensidade.

Mesmo assim, de certa maneira, o fim da Guerra do Vietnã amainou o movimento antinuclear. Com a derrota dos Estados Unidos – que não se utilizaram de armas nucleares, embora tenha usado de forma indiscriminada o *napalm* – a avaliação era que a guerra nuclear estava perdendo espaço na agenda da Guerra Fria. A sensação era que a paz estava próxima! Em 1979, Jimmy Carter e Leonid Brejnev assinavam o *SALT-II*, praticamente ratificando o acordo de 1972.<sup>7</sup>

Mas isso até dezembro. Nesse mês, os Estados Unidos, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), decidiram instalar mísseis *Cruise e Pershing II* na Europa Ocidental. O movimento antinuclear toma novo impulso, chegando, inclusive, a seu zênite. Papel importante nesse novo momento do movimento antinuclear – o início dos anos 80 – foi desempenhado pelo historiador Edward Palmer Thompson que, ao escrever um artigo intitulado *Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização* denuncia a volta da possibilidade de um holocausto nuclear.

<sup>6</sup> Nesse mesmo ano a atriz Jane Fonda esteve no Vietnã, protestando pelo fim da Guerra. Foi considerada traidora pelo governo de seu país, os EUA.

<sup>7</sup> No entanto, o Senado estadunidense não ratificou o acordo.

O exterminismo designa aquelas características de uma sociedade – expressas, em diferentes graus, em sua economia, em sua política e em sua ideologia – que a impelem em uma direção **cujo resultado deve ser o extermínio de multidões**. O resultado será o extermínio, mas isso não ocorrerá acidentalmente (mesmo que o disparo final seja ‘acidental’), mas como a consequência direta de atos anteriores da política, da acumulação e do aperfeiçoamento dos meios de extermínio, e da estruturação de sociedades inteiras de modo a serem dirigidas para esse fim. Evidentemente, o exterminismo requer, para sua consumação, pelo menos dois agentes que entrem em colisão. Mas tal colisão não pode ser atribuída ao acaso, se ela foi há tanto tempo prevista, e se ambos os agentes, por uma política deliberada, se dirigiram a um rumo acelerado de colisão (THOMPSON, 1985, p. 43, grifos nossos).

Dessa forma, ao demonstrar uma lógica própria da corrida armamentista entre as superpotências, Edward Thompson confere ainda maior legitimidade ao movimento antinuclear, do qual é destacado protagonista. Além disso, aos que argumentavam ser a instalação dos mísseis uma necessidade defensiva, face aos mísseis SS-20 soviéticos, Thompson (1985, p. 20) declarava: “Podem-se considerar os arames farpados, abrigos de canhões, trincheiras, armas antitanques – os acessórios de uma Linha Maginot – como armas ‘defensivas’, mas não os ICBMs”. Com isso, o movimento antinuclear se expande. Volta a ser protagonista na luta pela defesa da espécie humana. De acordo com Lucio Magri (1985, p. 148),

provavelmente esta é a primeira vez que um movimento de massa emergiu simultaneamente, com exigências essencialmente análogas e protagonistas semelhantes, em praticamente todos os países da Europa Ocidental. Nem mesmo a grande onda de 1968 teve essa escala européia e essa familiaridade espontânea de linguagem.

Desse modo, comparar o movimento antinuclear de inícios dos anos 1980 com a revolução de 1968 é uma boa medida da força que a negação da questão nuclear tem na “cultura de pós-guerra”.

Mas a luta não estava ganha. Em 1983, Ronald Reagan toma as primeiras iniciativas para construir a “Iniciativa de Defesa Estratégica” – um escudo no espaço contra mísseis que ficou conhecido como Guerra nas Estrelas – com um orçamento superior a um trilhão de dólares. A megalomania do plano resulta em um sentimento de ampla superioridade frente aos soviéticos, ensejando talvez uma vitória final na corrida nuclear. Porém, o projeto Guerra nas Estrelas não se realiza e a Guerra Fria continua uma realidade, pelo menos até 1989.

## 7 Concluindo

Ao longo deste ensaio procuramos evidenciar de que formas o mundo se organizou com o fim da Segunda Guerra Mundial. Nos planos políticos e econômicos, essa organização se deu através da Guerra Fria com sua lógica de superpotências hegemônicas e zonas de influência e da corrida armamentista com consequente conversão econômica da produção.

Procuramos, desse modo, mapear alguns indícios materiais capazes de nos fornecer uma melhor compreensão do período. Por meio da dinâmica própria da Guerra Fria foi possível vislumbrar acontecimentos que lhe deram sentido, tais como a Doutrina Truman, as Conferências de Yalta e Potsdam, a Guerra da Coreia, o Discurso dos Três D’s, o ano de 1968, a Guerra do Vietnã e a queda do Muro de Berlim. Todos esses pontos, em diferentes medidas, são capazes de explicar a organização política e econômica do sistema da Guerra Fria.

Mas acreditamos que eles possam ser utilizados ainda de forma mais profunda, mais completa. Através de novos olhares, de novas percepções, de novas perguntas – e Marc Bloch (2002) sempre foi um entusiasta das perguntas oportunas às fontes corretas – é possível ao historiador se aproximar

ainda mais de seu objeto. Mesclar análises quantitativas com análises qualitativas só enriquece *o ofício do historiador*. E o uso da sensibilidade como ferramenta do historiador é mais um auxiliar na expedição àquele estranho país, o passado. Complementar as explicações políticas e econômicas não é demérito algum; antes pelo contrário, é a expansão do conhecimento, do conhecimento da realidade. E a cultura também é um vestígio humano! A História da Cultura – nesse caso específico, a História da Cultura da Guerra Fria – é capaz de nos mostrar novas (ou obscurecidas) dimensões da vida humana.

## 8 Referências bibliográficas

- ARBEX JR, José. **Guerra fria: terror de estado, política e cultura**. São Paulo: Moderna, 1997.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política externa independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p.205-215.
- FENELON, Déa R. **A guerra fria**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. A primeira vez é inesquecível: Barbarella e os sonhos de uma geração. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PADRÓS, Enrique. **68: história e cinema**. Porto Alegre: EST, 2008. p. 199-215.
- HALLIDAY; Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma História da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- MAGRI, Lúcio. O movimento pacifista e a Europa. In: THOMPSON, Edward (Org.). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.137-159.
- MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. Espetáculo: acontecimento e documento. In: ROSSINI, Miriam; SANTOS, Nadia W. **Narrativas, imagens e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 185-210.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 9-21.
- PONGE, Robert. Apresentação. In: PONGE, Robert. **1968: o ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998, p. 7-17.
- POWASKI, Ronald E. **La guerra fría: Estados Unidos y la Unión Soviética**. Barcelona: Crítica, 2000.
- QUINSANI, Rafael Hansen; GONZAGA, Sandro. A vida dos outros e de todos nós: a



visão cinematográfica da República Democrática Alemã ou o Dia em que o *Big Brother* se afeiçãoou ao *Little Brother*. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BECK, José Orestes; QUINSANI, Rafael Hansen. **A Prova dos 9: a História Contemporânea no Cinema**. Porto Alegre: EST, 2009. p. 165-188.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org.). **Rebeldes e contestadores 1968: Brasil/França/Alemanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. 1968 no mundo. In: PONGE, Robert. **1968: o ano das muitas primaveras**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998. p.19-29.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da Cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

TARR, David. **Nos bastidores da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1966.

THOMPSON, Edward P. Notas sobre o exterminismo, o estágio final da civilização. In: THOMPSON, Edward (Org.). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 15-57.

